
MARCHA DAS MARGARIDAS:
importante momento na história do movimento sindical brasileiro,
escrito e protagonizado por mulheres trabalhadoras rurais

A MARCHA DAS MARGARIDAS IMPLEMENTANDO O PADRS

A partir de 1995 as mulheres trabalhadoras rurais começaram sistemática e organizadamente ocupar espaços nas instâncias de decisão do Movimento Sindical, não apenas enquanto dirigentes sindicais, mas enquanto mulheres comprometidas com as bandeiras específicas das mulheres.

A vitória de implementar uma política de cotas de, no mínimo, 30% de mulheres nas direções sindicais e de participação nos espaços de decisão do MSTR foi importantíssima para que o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais passasse a formular políticas numa perspectiva de gênero, mudando significativamente a cara do MSTR.

A intervenção das mulheres de forma articulada e qualificada nos espaços de decisão, além de introduzir novos temas para a agenda sindical, tem procurado comprometer o conjunto do MSTR na formulação de políticas públicas que incorporem suas necessidades e respeitem os seus direitos enquanto mulheres e enquanto expressiva parte da categoria. Este passo é fundamental para legitimar, ainda mais, o projeto do movimento sindical perante o conjunto da categoria e da sociedade.

A MARCHA DAS MARGARIDAS, organizada pela CONTAG em conjunto com entidades parceiras, foi a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país. Seja pela sua capacidade de mobilizar de uma forma irreverente e ousada, dezenas de milhares de

trabalhadoras rurais em todo o país. Seja pela repercussão política desta ação para dentro e fora do país; para dentro e fora do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

Como foi possível mobilizar tantas mulheres ? Principalmente mulheres trabalhadoras rurais, onde o acesso à informação, educação, saúde é difícil em função da distância e dos interesses políticos locais.

Certamente ainda levaremos algum tempo para nos apropriar de todo este processo. No momento, nos atreveremos a fazer apenas um rápido balanço político e um registro dos processos desenvolvidos por estas mulheres.

A proposta política da **MARCHA MUNDIAL DE MULHERES 2000**, de montar uma agenda comum para milhões de mulheres, de elencar 2000 mil razões para realizar uma marcha das mulheres, veio somar com a expectativa das trabalhadoras rurais brasileiras, que sempre tiveram suas razões para marchar.

A **MARCHA DAS MARGARIDAS** incorporaram temas do cotidiano feminino no meio rural, denunciando os fatores políticos, sociais, culturais e econômicos que determinam as situações de fome, pobreza e violência em que vivem as mulheres, principalmente AS trabalhadoras rurais.

Desde o segundo semestre de 1999, que a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – **CNMTR** vinha construindo a proposta de uma grande mobilização de massas que incorporasse questões específicas das mulheres e questões gerais da categoria, num claro recorte de gênero e de classe.

A estratégia de construção da pauta nacional da marcha, foi capaz de mobilizar dezenas de mulheres na base para discutir problemas vivenciados seu cotidiano. Os debates tinham por finalidade propiciar uma leitura crítica sobre a condição e situação social das mulheres no meio rural, resgatando a sua auto-estima, fortalecendo a sua identidade enquanto trabalhadora rural e valorizando seu papel político e econômico no espaço local.

Esses momentos de análise e reflexão foram importantíssimos para reconhecer o papel das mulheres na construção e implementação de um projeto desenvolvimento que gere emprego e ocupações produtivas, distribua renda, assegure e amplie direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Um desenvolvimento que promova a igualdade, participação e justiça social. O nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – **PADRS**, centrado numa ampla e massiva Reforma Agrária e no Fortalecimento e Valorização da Agricultura Familiar.

A ausência de uma política de desenvolvimento sustentável, explica porque o Brasil é conhecido como sendo um país que promove as piores formas de discriminação e violência contra as mulheres. Embora as mulheres sejam quase metade da força produtiva no campo e estejam chefiando muitas famílias, os programas sociais não atendem as suas necessidades e não respeitam os seus direitos.

A MOBILIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

O processo de mobilização na base merece grande destaque. Foi um período intenso de debates e encontros mobilizando comunidades inteiras ao redor de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável numa

perspectiva da equidade de gênero. Federações e Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, mulheres e homens, estiveram com a mão na massa, construindo de forma criativa, irreverente e ousada, as condições para participação na MARCHA DAS MARGARIDAS.

De um lado a outro do país – com maior ou menor intensidade por parte dos estados - o MSTR, em conjunto com entidades parceiras, esteve mobilizado, numa demonstração de força, esperança, organização; reconhecendo a importância que as mulheres trabalhadoras rurais tem no processo de construção de um projeto maior de sociedade.

De uma forma criativa, foram utilizados bingo, rifas, sorteios, e várias outras formas de angariar recursos para viabilizar expressiva delegação de companheiras nos dias da marcha. Coisas de quem põe o coração no que deseja realizar.

A simbologia de ter **2000 mil razões para marchar “ Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”**, e entender que esta ação fez parte de uma ação maior que é a Marcha Mundial, contribuiu para mobilizar as margaridas e dar maior importância à ação das trabalhadoras rurais.

Afirmamos, sem sombra de dúvida, que a identificação e respeito que as trabalhadoras têm pela líder sindical **Margarida Alves**, assassinada brutalmente em agosto de 1983, em Alagoa Grande-PB - crime até hoje impune – também somou com os objetivos propostos pela **Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR** de organizar uma marcha das trabalhadoras rurais.

Elas vinham de todos os lugares deste Brasil, representando as dezenas de milhares de trabalhadoras rurais que ficaram em seus assentamentos, comunidades, municípios e estados. Aos poucos foram se juntando, ocupando as ruas , marchando, cantando, e denunciando a

situação de pobreza, fome e violência promovida pelo Projeto Neoliberal e reivindicamos um novo modelo de desenvolvimento. Um desenvolvimento democrático, justo, solidário e equânime, que é defendido e construído permanente pelo MSTR, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – **PADRS**, centrado numa ampla e massiva Reforma Agrária e no Fortalecimento e Valorização da Agricultura Familiar.

PARCERIAS ENTRE O CAMPO E A CIDADE

O desafio, a beleza e a garra da proposta foi tão estimulante, que outras entidades juntaram-se a nós. A **Coordenação da Marcha das Margaridas** teve habilidades para aglutinar diversas organizações e movimentos sociais, como mulheres do movimento misto, do movimento autônomo, do movimento popular, entidades civis, partidos políticos, a CUT e Sindicatos de diversas categorias profissionais. Todo mundo unificado ao redor da mesma proposta : defender os Direitos das Mulheres e lutar pela construção de um projeto de sociedade mais justa e democrática, onde haja igualdade de direitos entre mulheres e homens.

O primeiro ato público da **Marcha das Margaridas**, realizado em frente ao Banco Central, denunciou a dívida externa e os acordos firmados entre o governo Brasileiro e o FMI – Fundo Monetário Internacional -, enquanto promotores da desigualdade social e de gênero no Brasil, gerando fome, pobreza, desemprego e a violência sexista.

Como alternativa para combater estes problemas, as trabalhadoras rurais carregavam bandeiras reafirmando a importância estratégica que uma Reforma Agrária ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da

Agricultura Familiar tem para um desenvolvimento rural sustentável, o **PADRS**.

Pelas ruas de Brasília, milhares de mulheres e homens, dos mais diversos setores da sociedade, sejam rurais sejam urbanos, e de todo os lugares deste imenso país, **marcharam com as margaridas**.

SITUAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA RURAL

- As mulheres representam 48% da população rural, dentre as quais 50% estão em idade produtiva (15 a 55 anos),
- As mulheres representam 36% da população economicamente ativa no mercado rural;
- 56% começam a trabalhar antes de completar 10 anos de idade,
- jornada de trabalho varia de 10 a 18 horas, sendo mais de 8 horas dedicado para o trabalho agrícola.
- No período de 32 anos, entre 1964 e 1996, apenas 12,6% dos beneficiários da Reforma Agrária são mulheres;
- De todo o público beneficiado pelo PRONAF, 88% são homens chefes-de-família e apenas 7% são mulheres;
- Apenas 15% das mulheres assalariadas rurais afirmaram, em 1992, Ter carteira de trabalho assinada.
- Grande parte dos benefícios da Previdência, depois de longos anos de requerimentos repressados, foram concedidos às mulheres rurais. Entre 1992 a 1998, cerca de 1.710.300 mulheres foram beneficiadas com a aposentadoria por idade, representando 62% das aposentadorias rurais concedidas. Apesar desse resultado, pesquisa apontam que as mulheres enfrentam mais dificuldades do que os homens para comprovar a atividade rural e juntar os documentos; necessitam procurar mais ajuda do que os homens para conseguir o benefício. Das pessoas que não conseguiram se aposentar por invalidez, grande maioria são mulheres.
- Milhares de pedido de salário maternidade continuam sendo negados às seguradas especiais pelos Postos de INSS
- 60,6% engravidam entre 15 e 21 anos de idade e 43,1% não utilizam qualquer método contraceptivo.
- São altos os números de mortalidade materna, de gravidez precoce, de contaminação por DST's, de óbitos por câncer de cólo, mama e útero; além da tendência ameaçadora do aumento dos casos de AIDS sobre a população feminina, mais pobre e localizado nas cidades do interior.
- Nas regiões brasileiras existem as formas mais violentas de prostituição de mulheres e exploração sexual de crianças e adolescentes, como cárceres privados, venda e tráfico de crianças e adolescentes; leilões de meninas virgens; mutilações; turismo sexual portuário e de fronteiras, porno-turismo e a prostituição nas estradas.

Apesar desta situação, as políticas voltadas para o desenvolvimento rural não incorporam a perspectiva da equidade de gênero, e acabam privilegiando o homem chefe de família e impedindo , discriminando e excluindo as mulheres de todo processo de formulação, execução e resultados das políticas públicas.

Trabalhadoras Rurais na Mesa da Negociação

O fortalecimento da organização das trabalhadoras rurais tem contribuído para que as mulheres assumam o papel de protagonistas no processo da negociação. As Comissões de Mulheres à nível nacional e nos estados tiveram muita habilidade para aglutinar forças em torno de suas propostas, inclusive construindo parcerias com setores que, em alguns aspectos, divergem do movimento sindical.

Foi um processo árduo, porém significativo para o crescimento e fortalecimento das mulheres, que demonstraram seu poder de convencimento, de mobilização, de formulação e sua habilidade em negociar. Elas comprometeram o conjunto do MSTR e entidades parceiras a intensificar as negociações com os poderes públicos, visando a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável numa perspectiva da equidade de gênero.

Desde o dia 9 de agosto que as trabalhadoras rurais estão em processo de negociação com o Poder Executivo e Legislativo. A primeira audiência foi o Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que propôs a constituição de uma Comissão Técnica para analisar e apresentar encaminhamentos à Pauta de Reivindicação da **MARCHA DAS MARGARIDAS**.

O processo de negociação desta pauta revela dois significativos avanços. Pela primeira vez na história política que os poderes públicos da esfera federal se senta para negociar uma pauta de reivindicação específica das trabalhadoras rurais. Pela primeira vez na história do Movimento Sindical, as mulheres trabalhadoras rurais são protagonistas no processo de negociação de questões que dizem respeito ao conjunto da categoria.

A negociação é um processo contínuo de embate e de reafirmação das nossas propostas. O que for negociado nas instâncias nacionais deverá se traduzir em ações concretas na ponta, mudando a realidade local e a vida das mulheres trabalhadoras rurais. Neste sentido, o processo de negociação tem forçado diversos ministérios a se articular melhor para atender nossas reivindicações.

O Que Já Foi Negociado

- ❖ **Redução da taxa de juros para o custeio agrícola, de 5,6% para 4% ao ano.**
 - ❖ Oficina de trabalho para discutir estratégias operacionais para uma campanha de sensibilização sobre o acesso das mulheres ao crédito agrícola.
 - ❖ Acesso das mulheres à linha de crédito do PRONAF, Grupo B, no valor de R\$ 500,00, prevista inicialmente para ser desenvolvida na região norte e nordeste.
 - ❖ **Revisão da nova** Norma de Execução para assegurar que o cadastramento dos assentamentos seja feito em nome do casal, ou no nome da mulher quando esta for solteira.
 - ❖ 05 workshops regionais para discutir um programa de capacitação com lideranças sindicais e técnicos que atuam nas áreas de assentamento e agricultura familiar, em temas relacionados às relações de gênero, desenvolvimento sustentável, gestão da propriedade e comercialização, visando potencializar e valorizar o trabalho das mulheres.
 - ❖ Articulação entre o Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, em parceria com as prefeituras locais e MSTR, com a finalidade de garantir o acesso de mulheres e homens à documentação civil.
 - ❖ Aceitação por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social de que a Declaração do Sindicato sirva como prova plena para comprovação da atividades rural. Seguramente, esta ação agilizará o acesso das trabalhadoras rurais ao salário maternidade.
-

-
- ❖ Manutenção da aposentadoria diferenciada para as mulheres trabalhadoras rurais, aos 55 anos de idade.
 - ❖ Continuidade da agenda de visitas aos estados, coordenada pela CONTAG, em conjunto com o Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de agilizar o acesso aos benefícios da Previdência Rural.
 - ❖ Participação das mulheres na revisão das normas que regulamentam a Segurança nos Locais de Trabalho nas Áreas Rurais.
 - ❖ Ações de prevenção e promoção à saúde das vítimas de violência sexual e intra-familiar, envolvendo a capacitação de agentes comunitários de saúde, profissionais das equipes da saúde da família e lideranças comunitárias que atuam nas áreas rurais.

A MARCHA DAS MARGARIDAS continua em todo país ...

As pétalas das margaridas continuam se espalhando e se multiplicando em diversos cantos do país. Há muitos espaços para realizar trabalho com lideranças de base, fomentar o surgimento de novos grupos de mulheres e fortalecer os grupos já existentes. Não podemos esquecer que a mobilização na base é fundamental para continuarmos avançando no processo de negociação e exigirmos que os resultados se traduzam em ações efetivas que contemplem as necessidades das trabalhadoras rurais e e mude o seu cotidiano.

Por isso é importante que as mulheres continuem sua luta:

- ❖ Implementando a política de cotas em todas as instâncias do MSTR;
 - ❖ Fortalecendo a organização de mulheres na base e no interior do MSTR;
 - ❖ Comprometendo o conjunto do MSTR na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento numa perspectiva de gênero;
 - ❖ Fortalecer e ampliar as parcerias com outros setores, especialmente os que atuam com organização das mulheres.
-